



- REQUERIMENTO Número /x (.ª)
- PERGUNTA Número 2463 /x (4ª)

Expeça-se
Publique-se
21/05/09
Q Secretário da Mesa <i>R. Correia</i>

Assunto: "Parceria estratégica" com os ENVC e privatização da empresa

Destinatário: Ministério da Defesa Nacional

Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República

Na sequência da rescisão unilateral do contrato do navio Atlântida e da suspensão da construção do navio Anticiclone, decisões tomadas pela empresa pública Atlanticoline, com capital integralmente detido pela Região Autónoma dos Açores, realizou o Grupo Parlamentar do PCP reuniões com o Conselho de Administração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e com a respectiva Comissão de Trabalhadores.

Entretanto, realizou-se na Comissão Parlamentar de Defesa uma reunião com o Ministro da Defesa Nacional, correspondendo a uma proposta do Grupo Parlamentar do PCP nesse sentido. Nesta audição parlamentar, o Ministro da Defesa anunciou a existência de negociações para estabelecer uma parceria internacional com os Estaleiros Navais de Viana do Castelo. De acordo com as declarações prestadas pelo Ministro à margem da reunião, estaria em fase final de negociações a realização de uma parceria estratégica a nível internacional, no plano técnico e da participação na gestão. Segundo o Ministro, vários parceiros internacionais se terão manifestado interessados, na sequência do que avançaram as negociações, agora em ultimção.

Num quadro em que o Governo tem nos últimos anos tutelado a empresa de forma muito polémica e controversa, mantendo um regime de gestão à distância completamente incompatível com as necessidades empresariais quotidianas dos ENVC;

num contexto difícil em que ocorreu o incidente com o navio Atlântida, produto de uma denúncia unilateral de contratos promovida por uma empresa pública da Região Autónoma dos Açores;

depois de se constatar que a carteira de encomendas firmes dos ENVC está de facto presa por arames, de que pode resultar a ausência de trabalho de construção naval nos estaleiros a partir do próximo mês de Setembro de 2009, e a possibilidade de serem até lá despedidos cerca de



120 trabalhadores contratados a prazo ;

constatada, adicionalmente, a possibilidade de ter ocorrido uma decisão da Marinha Portuguesa de enorme gravidade, atrasando, por tempo neste momento ainda indeterminado, a construção dos navios de combate à poluição que já estavam em vias de se iniciar; não se pode dizer que seja tranquilizador o anúncio de avançadas negociações para estabelecer uma parceria estratégica com um parceiro internacional.

Até parece que o Governo deixou cair os ENVC bem no fundo – ao nível da gestão e da administração e também ao nível financeiro – para agora vir a justificar a realização de uma parceria que em tudo parece o primeiro passo para a privatização da empresa.

Neste contexto, e tendo em atenção as disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do **Ministério da Defesa Nacional**, responda às seguintes perguntas:

1. O que significa em concreto para o Governo a realização desta parceria estratégica?
Designadamente:
 - 1.1. Confirma-se que há apenas um parceiro nessa negociação e que ele não é português?
 - 1.2. Em caso negativo quantos parceiros estão em negociação e de que nacionalidades?
 - 1.3. Que implicações terá esta parceria ao nível do capital social dos ENVC? Tenciona o Governo privatizar a empresa através da venda parcial da participação do Estado na empresa? É condição essencial para a realização desta parceria esta alienação?
 - 1.4. Qual é a percentagem de capital social dos ENVC que o Governo quer privatizar? Que repercussões vai ter esta privatização ao nível da participação na gestão e administração dos ENVC?
 - 1.5. Que garantias de emprego é que esta “parceria estratégica” assegura? Quantos despedimentos, ou noutra linguagem, qual será o nível de emagrecimento esperado com tal parceria?



2. Face a este inopinado anúncio, tenciona o Governo, em fase posterior, privatizar todo o capital social dos ENVC?

3. Sem atender a outros prejuízos que uma decisão de privatização dos ENVC pode ter para a economia nacional e regional, entende ou não o Governo e o Ministério da Defesa que a situação de gestão e financeira dos ENVC, tal como a actual crise que o mundo atravessa, constituem clima adequado ou capaz de promover uma alienação de bens públicos em condições de “mercado” aceitáveis?

4. Isto é: estará o Governo a pensar vender ao desbarato uma empresa com 65 anos e uma experiência feita de quase 260 navios construídos?

Palácio de São Bento, 21 de Maio de 2009.

Os Deputados:


(Honório Novo)


(António Filipe)